



1ª Reunião Preparatória  
**XIV Encontro Nacional  
do Poder Judiciário**

# **Criação e implementação do Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência BNMPU**



Poder  
Judiciário

Realização:



CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA

# Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência

- Instituído pela Lei nº 13.827/2019 – Lei Maria da Pena
- **Objetivo:**

Tem como principal objetivo dar transparência e permitir o controle das instituições e da sociedade a respeito das medidas protetivas concedidas, não concedidas e revogadas pelos juízes, bem como as homologadas ou não homologadas pelo judiciário, e que foram previamente concedidos por autoridade policial.

- Fonte da informação: DataJud – Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário
  
- Dados estatísticos do número de medidas protetivas concedidas por tribunal, por grau de jurisdição, por data de ajuizamento da ação, por data da decisão que avaliou a medida protetiva, e por desfecho da decisão.
  
- Informações segmentadas entre cautelares e incidentais
  - Cautelares:
    - Classe “1268 – Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) Criminal “
    - Classe “12423 – Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) Infracional”
  - Incidentais:
    - Assuntos de Violência Doméstica Contra a Mulher e Femicídio
      - Penal – Códigos: 12194,12949, 12091
      - Infracional – Códigos: 12196, 11979, 12358
      - Cível – Códigos: 12948
    - DESDE QUE TENHAM decisão em medida protetiva.

# Possibilidades de filtros:

BNMPPU - Banco Nacional de Medidas Protetivas de Urgência

Violência Doméstica e Familiar contra a mulher



CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA



BASE NACIONAL DE DADOS  
PROCESSUAIS DO PODER JUDICIÁRIO

## Filtros

Tribunal

Select...



Grau

Select...



Ano do ajuizamento

Select...



Ano da decisão

Select...



Movimento

Select...



Apply changes

Cancel changes

Clear form

## ➤ Movimentos de Decisão de Medida Protetiva

### ➤ Cautelares:

- Julgado procedente o pedido;
- Julgado procedente em parte o pedido;

### ➤ Incidentais:

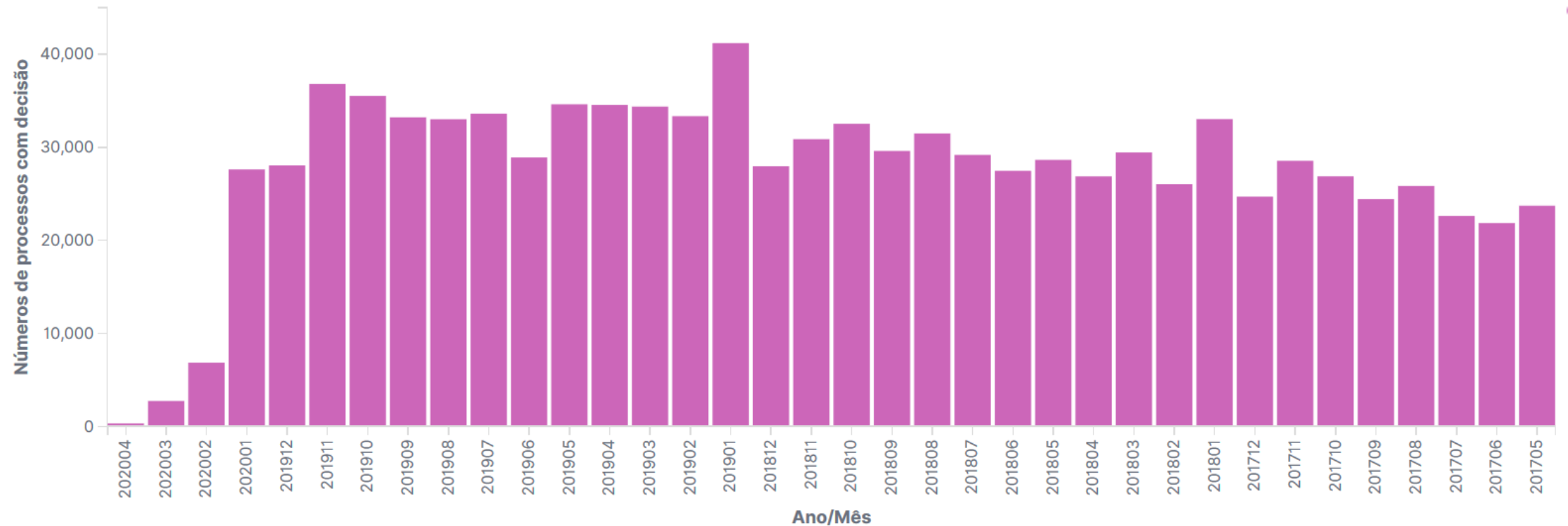
- Concedida (por juiz);
- Concedida em Parte (por juiz);
- Não Concedida (por juiz);
- Homologada (por juiz, em medida concedida por autoridade policial);
- Não homologada (por juiz, em medida concedida por autoridade policial);



## [01] Processos de violência doméstica com decisão de medida protetiva de urgência ⓘ

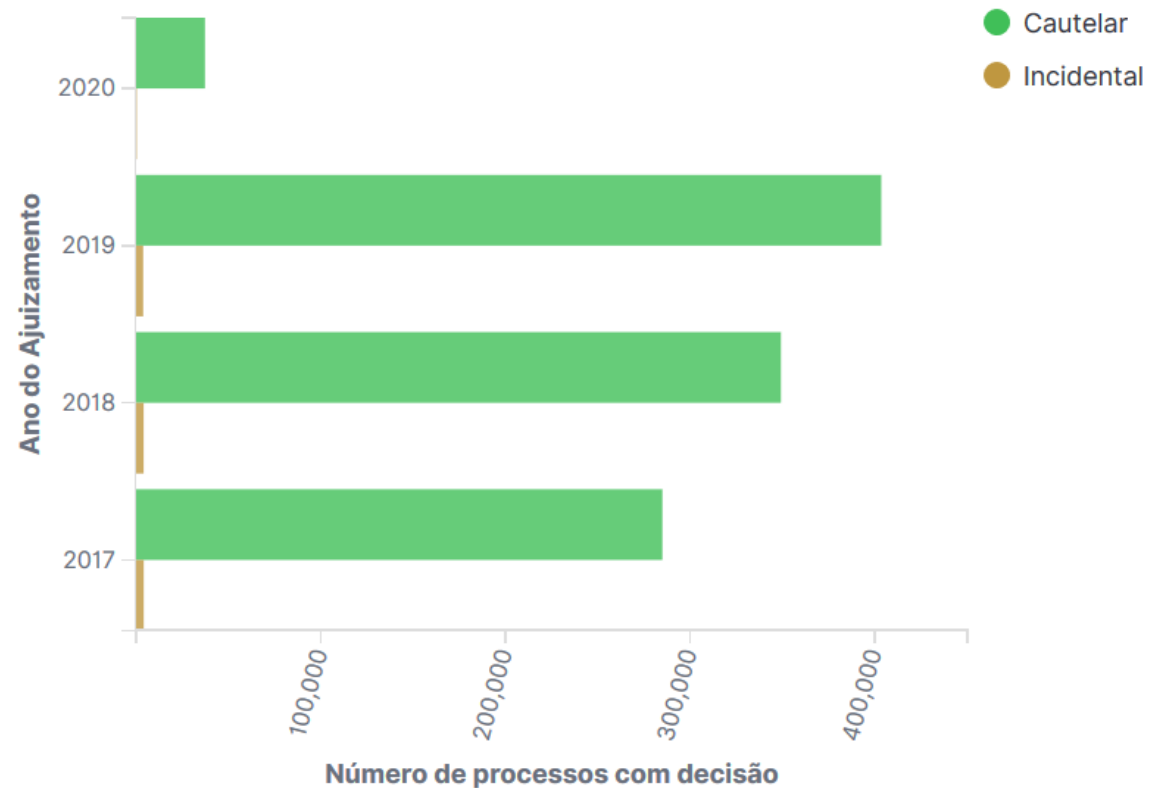
# 1,086,934

## [02] Número de processos com decisão ⓘ



# Cautelares x Incidentais

[03] Número de processos com decisão, por ano e por distinção de cautelar e incidental ⓘ



# Consulta e Download de quantidades por Ano, Tribunal e Classe

[05] Tabela com número de processos com decisão, por tribunal ⓘ

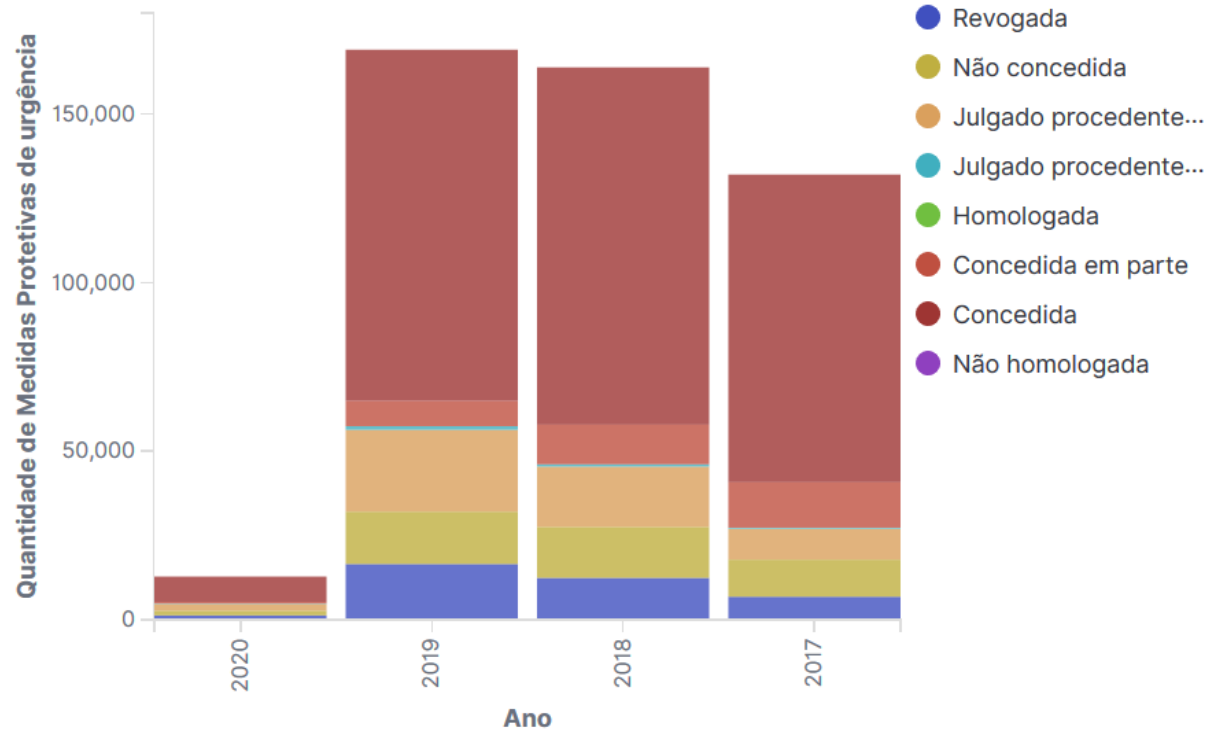
Ano ▾	Tribunal ⚡	Classe ⚡	Processos de violência doméstica que tiveram decisão de medida protetiva ⚡
2020	TJCE	Petição Cível	1
2020	TJCE	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal	6
2020	TJRJ	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal	🔍 103
2020	TJRR	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal	165
2020	TJSE	Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal	1
2020	TJSE	Auto de Prisão em Flagrante	2
2020	TJSE	Inquérito Policial	4
2020	TJSE	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal	208
2020	TJAP	Apelação Criminal	1
2020	TJAD	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal	212



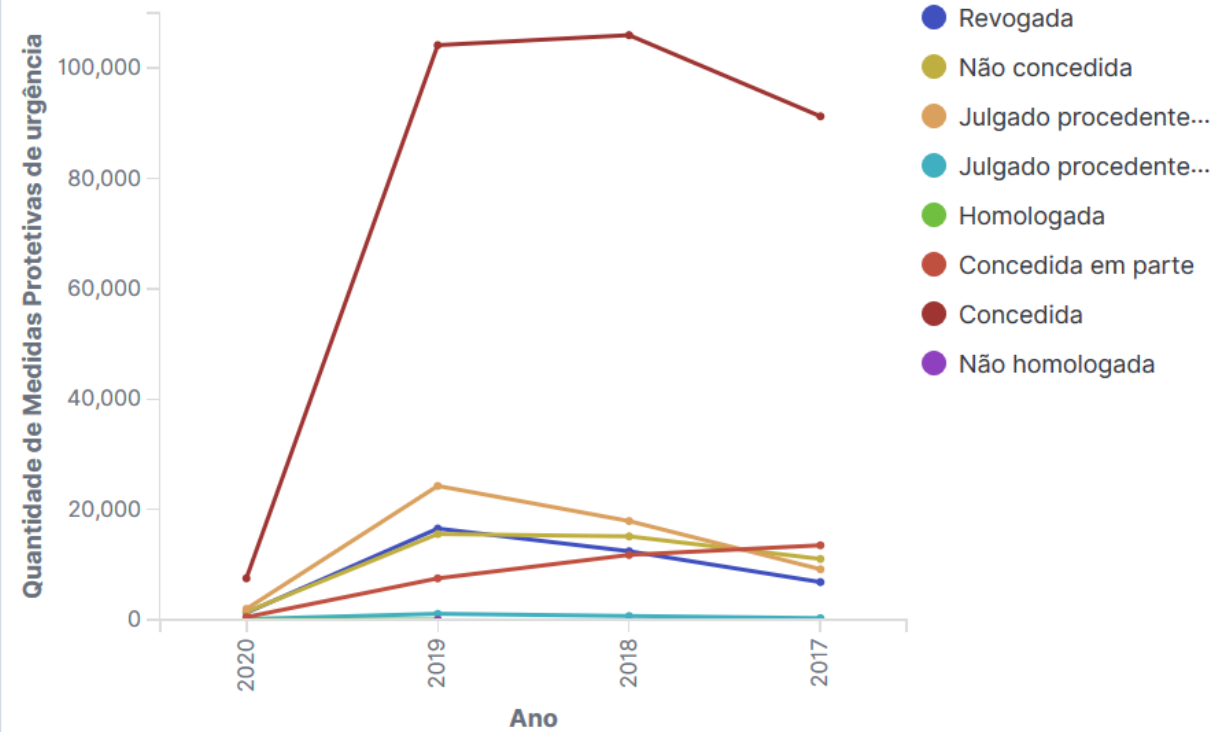
[06] Quantidade de Medidas Protetivas de urgência ⓘ

477,847

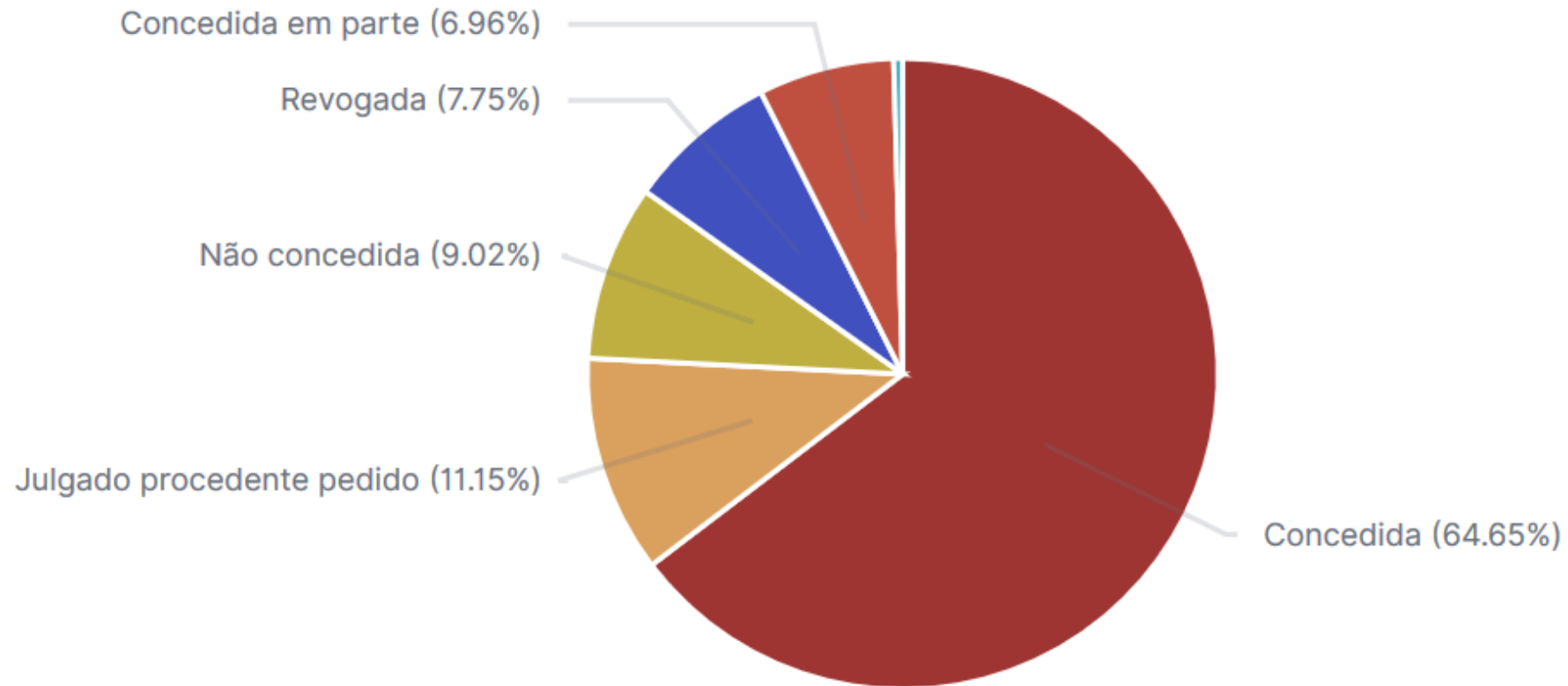
[07] Quantidade de Medidas Protetivas de urgência por ano ⓘ



[07.1] Quantidade de Medidas Protetivas de urgência por ano

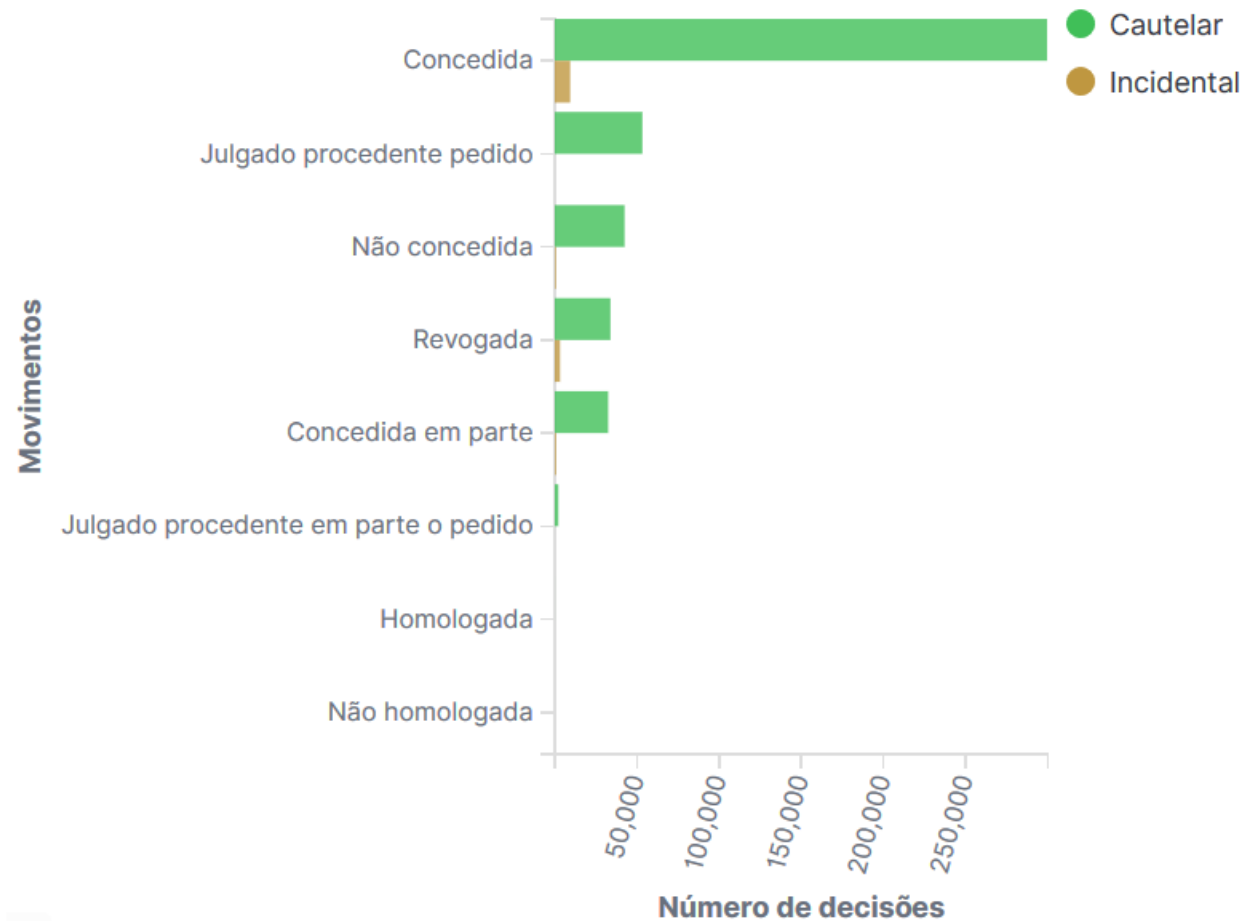


## Quantidade de Medidas Protetivas, por desfecho da decisão



# Quantidade de Medidas Protetivas, por desfecho da decisão e tipo (cautelar x incidental)

[09] Número de decisões de medidas protetivas cautelares e incidentais ⓘ

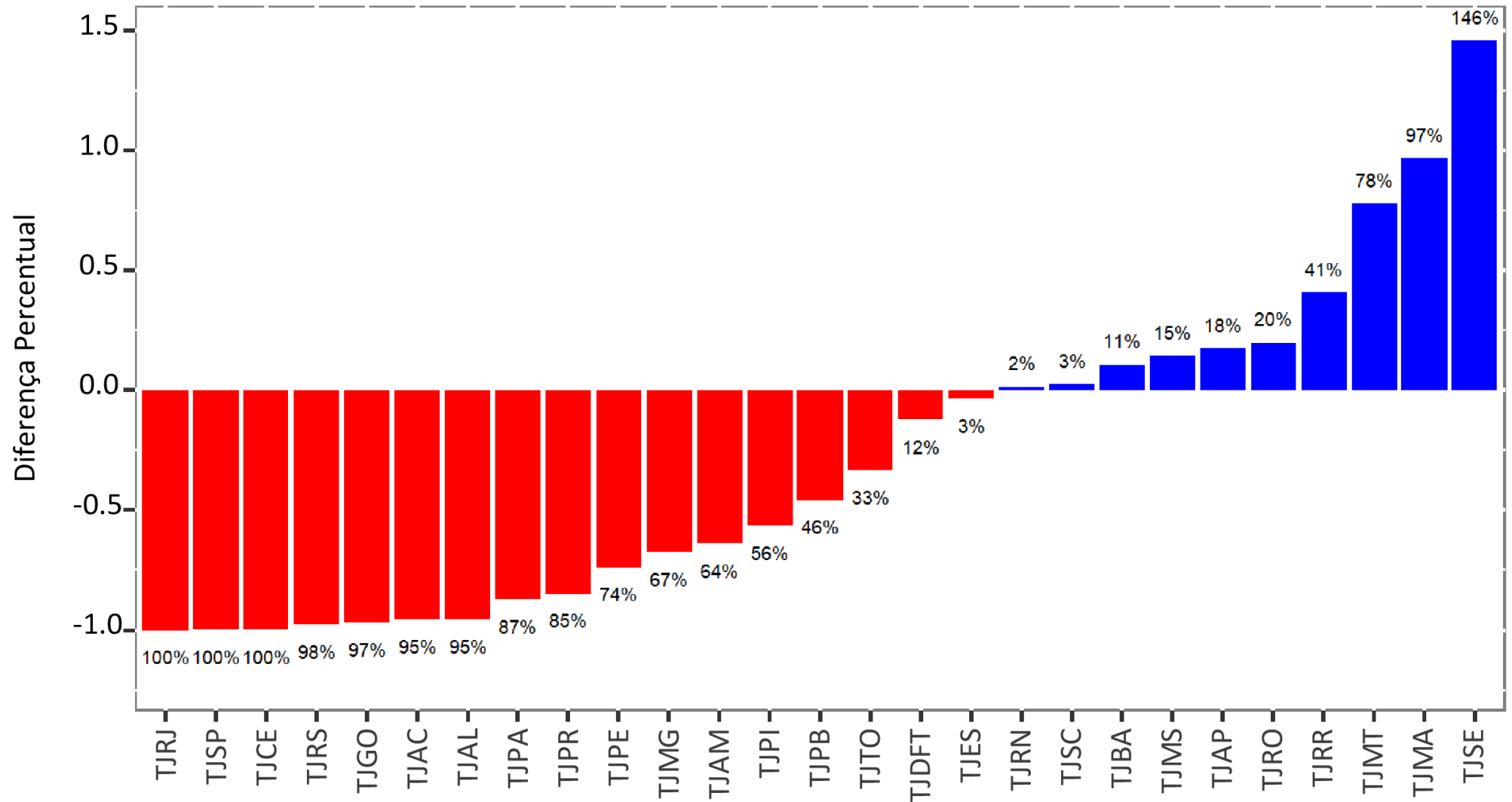


# Consulta e Download de quantidades por Ano, Tribunal e desfecho

## [11] Quantidade de decisões de medidas protetivas, por tipo e por tribunal

Ano ↕	Tribunal ↕	Movimento ↕	Quantidade de Medidas Protetivas de urgência ↕
2019	TJMA	Concedida	17,126
2019	TJMA	Julgado procedente pedido	4,934
2019	TJMA	Concedida em parte	446
2019	TJMA	Não concedida	443
2019	TJMA	Revogada	200
2019	TJMA	Julgado procedente em parte o pedido	37
2019	TJMA	Homologada	8
2019	TJMT	Concedida	8,216
2019	TJMT	Julgado procedente pedido	3,734

# Consistência do Dado – Justiça em Números x BNMPU



### Tribunais com poucos registros no BNMPU

Tribunal	Justiça em Números	BNMPU	Variação
TJRJ	29.946	0	n/a
TJSP	117.788	46	-100%
TJCE	14.401	14	-100%
TJRS	47.180	1.048	-98%
TJGO	15.287	507	-97%
TJAC	1.474	68	-95%
TJAL	472	22	-95%
TJPA	5.210	665	-87%
TJPR	35.341	5.409	-85%
TJPE	14.749	3.878	-74%
TJMG	32.005	10.447	-67%
TJAM	6.210	2.235	-64%
TJPI	2.842	1.238	-56%
TJPB	4.446	2.410	-46%
TJTO	2.595	1.729	-33%

### Tribunais com números próximos

Tribunal	Justiça em Números	BNMPU	Variação
TJDFT	9.552	8.387	-12%
TJES	9.375	9.061	-3%
TJRN	3.054	3.100	2%
TJSC	10.115	10.391	3%
TJBA	6.532	7.239	11%
TJMS	9.832	11.268	15%

### Tribunais com muitos registros no BNMPU

Tribunal	Justiça em Números	BNMPU	Variação
TJAP	2.442	2.872	18%
TJRO	3.940	4.728	20%
TJRR	1.688	2.378	41%
TJMT	7.408	13.181	78%
TJMA	11.455	22.551	97%
TJSE	730	1.795	146%

# Possíveis causas das divergências nas informações

- Ausência de remessa dos processos no DataJud;
- Remessa dos processos de forma incompleta, sem identificação do movimento nacional correspondente;
- Remessa dos processos de forma incompleta, sem identificação do assunto nacional correspondente;
- Não observância ou erros na aplicação das regras de parametrização.

# Prêmio CNJ de Qualidade

- Tempo de julgamento dos casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha;
- Comparação entre os sistemas DataJud x Justiça em Números x Semanas pela Paz em Casa.



## Fase 2: BNMPU

- Identificação, mediante acesso restrito e autorizado por senha, de consulta pelos juízes dos nomes das partes para identificação de a mulher tem medida protetiva em vigor;
- Necessidade de qualificação dos dados das partes no DataJud e de que os tribunais enviem corretamente as informações;
- Inclusão de outros dados de violência doméstica, como casos novos, pendentes, sentenças, baixados, etc.;
- Consulta por dia da decisão/movimentação, permitindo geração dos dados do Programa “Semana pela Paz em Casa”.